

José Bittencourt da Silva,
Jenijunio dos Santos,
Nazaré Serrat Diniz de Souza

Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas

KLA Working Paper Series

Herausgegeben vom
Kompetenznetz
Lateinamerika

Published by the
Research Network for
Latin America

Publicados por la
Red de Investigación sobre
América Latina

Publicados pela
Rede de Pesquisa sobre
América Latina

Working Paper, No. 18, 2016

Universities participating in the Research Network



Copyright for this edition: José Bittencourt da Silva, Jenijunio dos Santos, Nazaré Serrat Diniz de Souza

Editing and Production: Johanna Below da Cunha, Aileen Böckmann

The KLA Working Paper Series serves to disseminate first results of research projects in order to encourage the exchange of ideas and academic debate. Inclusion of a paper in the KLA Working Paper Series does not constitute publication and should not limit publication in any other venue. Copyright remains with the authors.

All working papers are available free of charge on our website www.kompetenznetz-lateinamerika.de

How to cite this paper: Silva, José Bittencourt da; Santos, Jenijunio dos; Souza, Nazaré Serrat Diniz de 2016: "Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas", KLA Working Paper Series No. 18; Kompetenznetz Lateinamerika - Ethnicity, Citizenship, Belonging; URL: http://www.kompetenzla.uni-koeln.de/fileadmin/WP_Bittencourt.pdf.

Imprint

Research Network for Latin America

Ethnicity, Citizenship, Belonging

Godesbergerstr. 10

50968 Köln

Germany

E-Mail: info-kla@uni-koeln.de

Tel: + 49 0221 470 5480

Homepage: www.kompetenznetz-lateinamerika.de

ISSN: 2199-0298

The Research Network for Latin America cannot be held responsible for errors or any consequences arising from the use of information contained in this Working Paper; the views and opinions expressed are solely those of the authors and do not necessarily reflect those of the Research Network.

José Bittencourt da Silva, Jenijunio dos Santos,
Nazaré Serrat Diniz de Souza

Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas

Resumo

O acesso, permanência e a qualidade do ensino, associados à necessária interface entre a escola, o trabalho e as práticas comunitária são imperiosos para a educação escolar básica em espaços ribeirinhos. O presente texto expõe conceitualmente a condição ribeirinha e questiona a realidade vivida por sujeitos educacionais em ilhas do município de Belém, estado do Pará. O paper resulta de pesquisa documental e bibliográfica, com utilização de informações de campo recolhidas no contexto dos projetos de pesquisa dos autores. Em que pese notar-se melhorias infraestruturas e pedagógicas em muitos espaços educacionais ribeirinhos, ainda permanecem situações historicamente problemáticas que não foram resolvidas pelo poder público local. O que segue são discussões conceituais e empíricas a partir da problemática levantada.

Notas biográficas

José Bittencourt da Silva

Sociólogo e especialista em Ciência Política (IFCH/Universidade Federal do Pará – UFPA), mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutor em Ciências Ambientais (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA). Atua como professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica.

Jenijunio dos Santos

Pedagogo, especialista em Psicologia da Educação com ênfase em psicopedagogia preventiva (PUC-MG), especialista em Gestão Ambiental (FACI-Belém), Mestre em Educação (ICED-UFPA) e doutorando em Educação pela UnB. Atua como Coordenador Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação Belém.

Nazaré Serrat Diniz de Souza

Pedagoga graduada pela Universidade Federal do Pará e Especialista em Informática na Educação pela PUC-MG. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e Doutora em Educação (Instituto de Ciências da Educação – ICED/UFGA). Atua como Professora da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ).

Conteúdo

Introdução	4
A condição ribeirinha na Amazônia: Aspectos teórico-conceituais.	4
A escolarização de ribeirinhos em ilhas de Belém: Um enfoque na educação básica	11
Conclusão	19
Bibliografia	21

Introdução

Belém é um dos municípios do estado do Pará que apresenta terras contínuas e insulares. Esta característica territorial lhe dá contornos peculiares, tanto em relação aos aspectos ambientais quanto socioculturais. Por isso pode-se observar em Belém relações sociais características das grandes metrópoles, conjugada com temporalidades e movimentos bastante distintos e próprios das relações que se estabelecem nos territórios rurais. O presente artigo objetiva discutir a escolarização básica de alunos moradores das ilhas de Belém, em particular aqueles sob a competência administrativa da Prefeitura Municipal, a qual implementa práticas educacionais escolares para ribeirinhos em Unidades Pedagógicas (UPs).

O artigo é resultado de pesquisa documental e bibliográfica (SEVERINO, 2007), com utilização de informações de campo recolhidas no contexto dos projetos de pesquisa dos autores. O movimento do pensamento neste trabalho levou em consideração a necessidade de uma discussão conceitual acerca do sentido e significado do conceito de ribeirinho, o qual serviu de base para as discussões seguintes acerca da realidade escolar dos ribeirinhos de Belém. Em seguida, tem-se uma exposição analítica de uma realidade empírica que se configurou como recorte amostral para o trabalho (PIRES, 2010), ou seja, a realidade da Casa Escola da Pesca localizada na parte central da Ilha de Caratateua, bairro de Itaiteua, estado do Pará.

A problemática que se pretendeu responder questiona o tipo de educação escolar básica atualmente presente na região insular do Município de Belém. A partir desse questionamento, outras discussões são suscitadas no contexto das argumentações, tais como: universalização ou não da escolarização, o problema do transporte escolar, infraestrutura entre outros. O texto aponta conclusivamente para o fato de que nas UPs são efetivados processos de escolarização a partir de um percurso formativo para os ribeirinhos, e não é dos/com os ribeirinhos, apesar da existência de espaços educacionais no território ribeirinho. O que segue são discussões conceituais e empíricas a partir da problemática levantada.

A condição ribeirinha na Amazônia: Aspectos teórico-conceituais

Apresentar um sentido cientificamente aceitável de um conceito, ou seja, com um grau elevado de concordância pela comunidade acadêmica, não é tarefa fácil para nenhum

pesquisador, nem mesmo para aqueles mais renomados, afinal o real apresenta uma concretude tão complexa que escapa (e sempre escapará) a toda e qualquer possibilidade de apreensão de sua completude. No âmbito das ciências sociais e humanas essa dificuldade aumenta. As limitações perceptivas dos órgãos dos sentidos humanos, a intrínseca determinação ideológica do observador, as especificidades socioculturais dos sujeitos observados e a transitoriedade dos processos sociais são alguns aspectos que limitam a apreensão das características do real percebido, características essas que se constituem, por assim dizer, na matéria prima das abstrações conceituais.

A conceituação dos sujeitos sociais e econômicos de base familiar na Amazônia está dentro dessa perspectiva, ou seja, partir-se-á do pressuposto de que há aspectos que ficarão de fora das explicações conceituais sobre esses sujeitos socioeconômicos, mas que poderão ser aprofundados por outros pesquisadores em momentos futuros. Os processos econômicos, sociais, culturais e simbólicos não são estáticos e, certamente, pensar conceitualmente hoje esses grupos humanos na região (seus modos de ser e estar na atualidade) torna-se cada vez mais complexo face às relações estabelecidas com os processos modernizantes do atual momento de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, particularmente no que tange à virtualidade das comunicações.

No percurso histórico-formativo do território amazônico, múltiplos sujeitos sociais e econômicos baseados na produção família, fizeram e refizeram seus modos de vida, redefiniram relações socioeconômicas e edificaram formas peculiares de ação no ambiente natural, constituindo deste modo territorialidades diversas. Esses sujeitos são denominados de variadas maneiras, tanto do ponto de vista estatal, quanto sócio urbano e também acadêmico, a saber: extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, povos da floresta, caboclos, ribeirinhos, agricultores familiares, etc.

Do conjunto desses sujeitos sociais amazônicos, os ribeirinhos apresentam aspectos semelhantes aos povos amazônicos de produção familiar, mas também possuem características próprias surgidas a partir das relações historicamente estabelecidas entre si em contextos espaciais diversos. Para as populações ribeirinhas a hidrografia regional constitui-se como o *locus* de vivência e convivência, lugar onde fazem e refazem suas relações sociais no e com os rios, lagos, córregos, igarapés e furos d'água.

Em que pese a importância de se estar morando às margens desses rios, lagos, córregos, igarapés e furos d'água, não se pode creditar à essa característica a única condição ribeirinha, ou seja, morar ou construir uma casa próxima às águas amazônicas não é suficiente para o entendimento acadêmico sobre o conceito de ribeirinho, afinal existem famílias ou grupos humanos que moram ou possuem residências às margens de rios, mas não podem ser considerados como ribeirinhos uma vez que não apresentam uma relação

de interdependência com os recursos hídricos locais. Portanto, realidade hídrica e sua relação com moradias faz parte da construção conceitual, mas não se esgota nela mesma. Por isso, são necessários outros elementos suscetíveis de dar substância empírica à construção ideal-típica desses sujeitos sociais amazônicos.

Para efeito de exemplificação, tem-se a comunidade Lucas, às margens do Lago Lucas, na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, município de Baião, Estado do Pará. Esta comunidade¹ foi formada por moradores da cidade de Belém que, dentre outras coisas, possuem serrarias, não plantam ou criam pequenos animais para subsistência, possuem pequenas fábricas de roupas e desenvolvem outras atividades muito peculiares ao modo de vida urbana, tais como a comercialização de roupas e produtos artesanais voltados racionalmente ao comércio. Além disso, observa-se neste local que seus membros não apresentam construções simbólicas relativas a entidades sobrenaturais que habitam a natureza (SILVA, 2012).

À realidade hídrica amazônica e sua relação com as residências, devem-se associar os aspectos econômico-ambientais e socioculturais próprios da condição ribeirinha, tudo imbricado em uma complexa relação de dependência, que somente é possível de ser separada de maneira abstrata e pedagógica, ou seja, com claros objetivos explicativos. De fato, a compreensão abstrata da identidade dessas populações deve partir de uma compreensão relacional, a qual se estabelece de maneira indissociável entre produção, formação cultural, contexto familiar e meio ambiente, em que os elementos água e terra (particularmente a floresta) são basilares para suas existências, não apenas material, mas também simbólica com o sagrado.

Assim, economia, cultura, meio ambiente e religiosidade (ou crenças) configuram-se como elementos essenciais para qualquer constructo conceitual sobre os ribeirinhos. Não se pode dissociar, por exemplo, a pesca ribeirinha (sempre feita de maneira artesanal) das crenças nas entidades sobrenaturais que habitam as profundezas dos rios (a cobra grande, o boto e pessoas encantadas); a caça e a coleta de frutos da floresta dos seres que protegem animais

¹ Sociologicamente o conceito de comunidade mereceria por parte dos autores um esclarecimento mais aprofundado. Todavia, esse não é objetivo do presente texto e por isso utilizar-se-á o conceito de comunidade utilizado por Silva (2003). Este autor faz uma diferenciação entre comunidade e localidade usando o próprio referencial conceitual estatal do local de sua pesquisa, no caso o sul do estado do Amapá. Assim, as localidades ribeirinhas são apresentadas como pequenos aglomerados de famílias em locais específicos, mas sem nenhum outro tipo presencial de instituições sociais ou estatais. Por outro lado, as comunidades são caracterizadas como espaços mais complexos, que apresentam além dos grupos familiares outras instituições como igreja, escola, posto de saúde e até mesmo agências organizacionais do estado, como por exemplo um posto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou de órgãos ligados ao poder executivo estatal ou municipal. Para além desses aspectos, o autor observa que se pode encontrar nas denominadas comunidades pequenas casas comerciais vendendo produtos industrializados, um campo de futebol e centro comunitário.

e plantas (Matinta Perera, Curupira, Boi Tatá), tudo simbioticamente atrelado a uma racionalidade voltada à manutenção da família.

Essa relação com a água, a floresta e outros elementos da natureza, que constitui os ribeirinhos é observada por Castro (2009, p. 7).

Encontramos nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada.

Portanto, para os ribeirinhos o rio constitui-se no principal elemento de sua territorialidade, embora não seja único, pois essa territorialidade se estende também quanto ao uso da terra e da floresta. É nesse contexto que ele traça o seu cotidiano, fortemente marcado por uma economia de subsistência, ligada a uma cultura repleta de significados, em que cada lenda, encantos, histórias, saberes e todo tipo de criação material e simbólica vai se tornando pouco a pouco patrimônio de toda a comunidade, repassado de geração em geração, assegurando assim o domínio e um fazer peculiar sobre o seu território. É com base nesse enfoque multi-relacional que o conceito de ribeirinho deve necessariamente partir, isto é, suas múltiplas relações e conexões existentes entre trabalho, saberes, mitos, lazer e religiosidade tudo conectado complexamente em seu cotidiano.

De fato, para além dos aspectos relacionados à paisagem, a comunidade ribeirinha é um espaço que se compõe pela dinâmica da vida cotidiana do ribeirinho nos seus múltiplos aspectos. É essencialmente social e “[...] não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual” (SANTOS, 2008, p. 12). Nessa perspectiva pressupõe-se que o espaço ribeirinho é

[...] a junção da paisagem com a sociedade. Deixa de ser uma observação de momento, para ser a paisagem com o movimento, com a dinâmica social, como sendo o local, com suas características peculiares, que são impressas pelo uso que se dá a ele, no qual cada indivíduo ou grupo social se desenvolve em uma lógica biológica (com a ingestão de alimentos), produtiva (com o trabalho, entendido de maneira geral) e/ou cultural (com seus mitos, tradições, hábitos e costumes) (OLIVEIRA NETO; RODRIGUES, 2008, p. 27).

A comunidade é, portanto, esse espaço de vida, uma referência importante para o ribeirinho, pois é nela que está o seu lugar que, em geral, é herdado de seus antepassados, fato esse que produz no sujeito uma relação afetiva e histórica com a terra. Além de ser esse local onde está situada a casa, o quintal, o seu trabalho etc., também há um

significado profundo de continuidade da família com um grande valor afetivo. Por isso, desterritorializar essas populações é muito mais que arrancá-las do local, retirá-las das suas raízes, de seus sentimentos de pertencimento e de sua história.

O trabalho dos ribeirinhos se realiza com base na economia de subsistência, em que a relação com rio, a terra firme e a floresta caracterizam essas populações como essencialmente pluriprodutoras. Precisamente, os ribeirinhos podem ser observados como pescadores, extrativistas, agricultores e artesãos. Conhecem as marés, fazem embarcações e artefatos de pesca e armazenamento de pescados e frutos da floresta, além de serem portadores de saberes fitoterápicos que ajudam na profilaxia e na cura de doenças que podem acometer os membros da comunidade.

A sazonalidade típica da região possibilita que essa população viva da pesca no período menos chuvoso (principalmente do peixe e do camarão), do extrativismo dos recursos existentes na floresta (com a coleta de uma variedade de frutas), da caça, da criação de pequenos animais e da produção agrícola, principalmente da mandioca, da qual suas raízes produzem a farinha e o tucupi², além das folhas (maniva³) que são aproveitadas na culinária em muitos estados da região norte brasileira. Note-se que a economia de subsistência constitui-se mais do que uma opção, ou seja, é um imperativo resultante da ausência de políticas públicas, estas voltadas preponderantemente à produção em maior escala e ao escoamento para o comércio local. A distribuição de produtos como a farinha de mandioca, os frutos da floresta, o carvão vegetal (em geral feito de árvores que caem naturalmente na floresta) e outros são escoados em pequenas quantidades e com muita dificuldade em canoas movidas a remo ou, mais recentemente, nas chamadas "rabetas", as quais vem minimizando os esforços de seus condutores, uma vez que os remos são substituídos por motor à combustão e acoplado na proa da embarcação que a impulsiona sobre as águas.

No contexto familiar ribeirinho o trabalho das crianças e adolescentes está intrinsecamente relacionado com a aprendizagem, a qual apresenta um conteúdo que é ensinado por diversos membros da casa ribeirinha. Almeida (2009, p. 34) afirma que,

O envolvimento de crianças e adolescentes com as práticas produtivas ocorre desde a infância acompanhando os pais e aprendendo, no dia a dia, as habilidades necessárias para desenvolvê-la, num processo educativo no qual a natureza é espaço de aprendizagem, os conteúdos são voltados para a sobrevivência e os educadores são os pais, avós, parentes ou outros adultos que esteja predisposto a ensinar enquanto desenvolve tais atividades.

² O tucupi é um líquido amarelo que sai da raiz da mandioca ao ser espremida. O mesmo ao ser cozido por alguns dias torna ingrediente que compõe alguns pratos típicos da região norte, como o pato no tucupi e o tacacá.

³ Os ribeirinhos do Pará usam as folhas da mandioca, a maniva como é chamada por eles, trituradas e cozidas em alguns pratos regionais.

A relação produção - aprendizagem dos ribeirinhos, assim como dos demais povos e comunidades tradicionais (índios, quilombolas, caiçaras, quebradeiras de coco, etc.) é entendida por todos os membros da comunidade como uma necessidade concernente ao processo formativo e não como trabalho na perspectiva da exploração da mão de obra.

Os ribeirinhos “tecem” o seu cotidiano com os rios, a terra e a floresta numa relação plena de saberes que se entrelaçam com os mitos, a religiosidade o trabalho e o lazer. E é nessa relação que eles criam o território à medida que vão transformando tudo aquilo que lhe foi naturalmente dado em elementos constitutivos da sua cultura. Nessa perspectiva, Sousa (2010, p. 30) afirma que:

A relação do ribeirinho com o seu tempo-espaço tem uma forma própria na produção de cultura. É a possibilidade de criar e recriar a própria vida, aspectos do saber que estão para a autonomia do sujeito, da mesma forma que para a autoria do saber-conhecimento.

Portanto, a cultura do ribeirinho é resultante de sua relação produtiva com o espaço de ação em que se organiza. Para Brandão (2002, p. 22) a cultura resulta do e no fazer as coisas, e ao fazer um novo real, as pessoas acabam por fazer subjetividades que condicionam os modos de ser e estar dos indivíduos na sociedade.

Nós somos aquilo que nós fizemos e fazemos ser. Somos o que criamos para efemeramente nos perpetuarmos e transformarmos a cada instante. Tudo aquilo que criamos a partir do que nos é dado, quando tomamos as coisas da natureza e as recriamos como os objetos e os utensílios da vida social, representa uma das múltiplas dimensões daquilo que, em outra, chamamos de: cultura.

Ainda nessa busca do entendimento da dimensão cultural dos ribeirinhos, Oliveira (2008, p. 63-79), por meio de um trabalho de pesquisa junto a uma comunidade ribeirinha no nordeste paraense, expõe como esses sujeitos se constituem culturalmente a partir dos seus saberes da terra, da mata e dos rios, e como eles são repassados de geração a geração através do fazer prático ou da oralidade. As crianças aprendem no convívio cotidiano familiar sobre os mitos e a relacionar-se com e no seu ambiente de maneira comunitária, ambiente este ora visto como espaço de trabalho na produção de alimentos, ora como espaço de lazer e ludicidade em seu divertimento.

Nos saberes ribeirinhos, além da relação com a produção e o trabalho, estão também os mitos e as lendas. Os mitos estão sempre relacionados com a água, a terra e a floresta. Lendas como a da Cobra Grande, do Boto, do Açaí, Matinta Perera entre outras são contadas e recontadas no cotidiano dos ribeirinhos, seja na escola ou nas famílias. Almeida (2009, p. 39) apontou que “As histórias contadas pelos mais velhos são transmitidas para as

novas gerações através da cultura de conversa⁴, desta forma, preservam-se as tradições, os costumes e os valores”.

Essas lendas e histórias fantásticas constituem-se em traço indelével da identidade ribeirinha e são essenciais para a compreensão sociocultural e econômico-ambiental dessas populações amazônicas. Para cada lenda há uma lição: quem adentra a floresta pode se perder ao seguir os passos do Curupira (protetor da floresta), aquele que tem os pés virados para trás. Outro ser protetor da mata é a Matinta Perera, que fica enfurecida com quem entra na floresta desobedecendo as “leis da natureza” e acalma-se com o fumo dado pelo infrator para não ser castigado pela transgressão cometida contra a floresta.

A relação dos ribeirinhos com os seres míticos, sobrenaturais ou fantásticos se constitui em uma realidade que se impõe a eles de maneira subjetiva e objetiva ao mesmo tempo. Para Oliveira e Mota Neto (2008, p. 72) esses seres sobrenaturais não são considerados como lendas, imaginação ou irrealidades, “[...] mas como seres reais e as suas histórias como verdadeiras. Apesar de não serem vistos de forma materializada, o invisível é manifestado através de sinais: arrepio, assobios, etc.”

A relação com o sagrado tem sido um “campo” em disputa. Há uma tensão que surge da relação das populações ribeirinhas com tradições religiosas católicas, com as igrejas neopentecostais, com o universo mítico-indígena e com as religiões de cunho afrodescendentes. Essa disputa foi constatada por Oliveira et al. (2008, p. 78) em um trabalho de pesquisa junto às comunidades ribeirinhas no nordeste paraense, em que além do conflito estabelecido entre católicos e protestantes, há também uma forte pressão dessas denominações cristãs sobre os fiéis no sentido de negarem os seres míticos de tradições não cristãs (Curupira, Matinta Pereira, Boto, Cobra Grande e outros) e uma “demonização” das práticas de pajelança (benzer com ervas) de origem ameríndia⁵.

A influência da Igreja Católica também ainda é muito forte nas comunidades ribeirinhas. Grande parte das manifestações sagradas e profanas nesses espaços comunitários são os festejos dos chamados “santos católicos”, considerados como tradição que não deve ser rompida. Essas celebrações transformam-se em um grande evento social, pois é no contexto dessas comemorações que casamentos são concretizados, crianças são batizadas e tantos outros rituais católicos são realizados. Também é um período de reencontro

⁴ Cultura de conversa é uma expressão da comunidade ribeirinha de São Domingo do Capim-Pa, originalmente encontrado em Oliveira (2008). Essa expressão é usada por essa comunidade para explicar a forma que é transmitida os saberes de geração para geração entre eles.

⁵ Esse é um debate que precisa ser feito de maneira profunda e com toda seriedade que o assunto exige. A expansão das chamadas igrejas pentecostais e neopentecostais que avança “agressivamente” sobre os povos e comunidades tradicionais da Amazônia, estão deixando um rastro de desestruturação sociocultural irreparável nas comunidades ribeirinhas. Dentre outras coisas, a “demonização” das práticas tradicionais de benzedeadas, parteiras e erveiras está sufocando as tradições locais, destruindo conhecimentos e deixando inclusive essas populações com opções cada vez mais reduzidas para resolução de enfermidades, principalmente em locais onde os poderes públicos estão extremamente distantes.

familiar, pois os membros que moram fora da comunidade, nesse momento retornam para participarem das festas e rever parentes próximos.

Qualquer projeto educacional escolar ribeirinho precisa levar em consideração as características peculiares à condição ribeirinha e suas lutas pela permanência em seus territórios. É por isso que não se pode jamais preterir a efetiva participação das organizações e movimentos sociais ribeirinhos, face a qualidade histórica apresentada por suas lideranças e membros participantes. Em essência, esses movimentos são catalizadores das demandas locais e conhecedores profundos do *modus vivendi* ribeirinho, a exemplo do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), que tem fortalecido as lutas ribeirinhas “[...] motivados pelo desejo de serem politicamente reconhecidos” (NEVES, 2009, p. 74). O MORIVA vem buscando afirmar os ribeirinhos como categoria social própria, lutando contra os projetos desenvolvimentistas na região que os excluem e os expulsam de seus territórios.

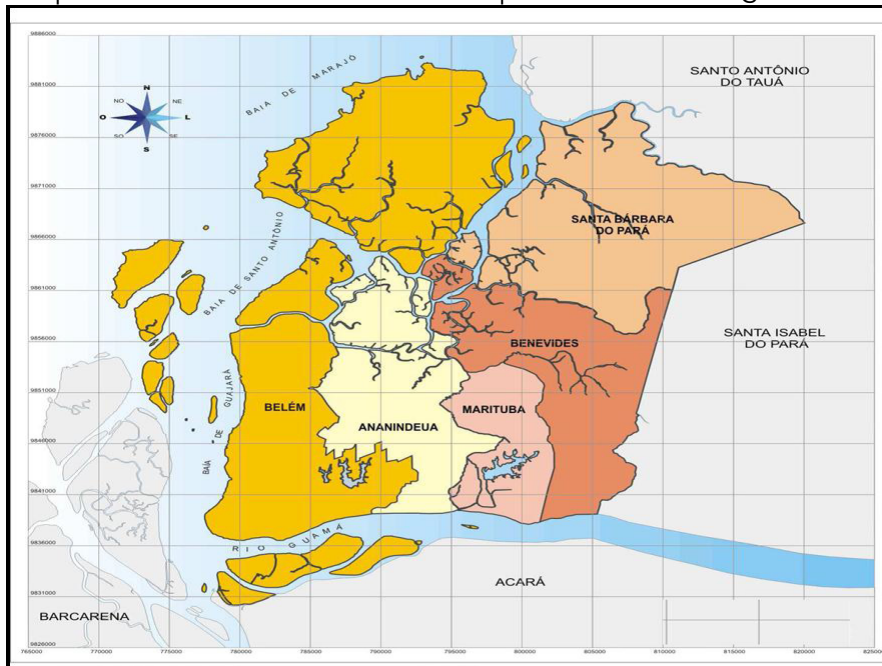
A escolarização de ribeirinhos em ilhas de Belém: Um enfoque na educação básica

O município de Belém apresenta áreas contínuas e insulares e seu território político-administrativo limita-se “[...] ao norte com a Baía do Marajó; ao leste com os municípios de Santo Antônio do Tauá, Ananindeua, Santa Bárbara e Marituba; ao Sul com o município de Acará e a oeste com a Baía do Guajará e Baía do Marajó” (BELÉM, 2007, p. 7). Conforme dados do último censo demográfico (IBGE, 2010) 34% da área de Belém são terras continentais (contínuas) e 66% são de ilhas o que dá à paisagem territorial deste município características peculiares e faz dele um espaço heterogêneo e multifacetado.

A área correspondente ao ambiente insular é de 33.203,67ha e supera o ambiente continental que possui 17.378,63ha. É fato positivo, portanto um município possuir área insular de grande dimensão, com preservação de ecossistemas e inserido em imenso ambiente de água doce (BELÉM, 2007, p. 17).

O Mapa 1 a seguir demonstra didaticamente em amarelo os limites do município de Belém, sua área insular e continental, bem como apresenta os contornos fronteiriços dos municípios componentes da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Mapa 1: Limites territoriais do Município de Belém e Região Metropolitana.



Fonte: Belém (2013).

Em seu conjunto (continente e ilhas), o município de Belém está constituído por 71 bairros e 08 Distritos Administrativos que funcionam como unidades de planejamento territorial (IBGE, 2010). Como parte dessa configuração distrital destacam-se as ilhas de Mosqueiro e Outeiro, as quais se configuram como polos administrativos que agregam os outros espaços insulares belenenses perfazendo um total de 39 (trinta e nove), como se observa no excerto da Lei nº 7682 de 05 de janeiro de 1994 a seguir:

Art. 7º - Os Distritos Administrativos são definidos por territórios, descritos em conformidade com o Artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Belém, e ilustrados nos anexos, parte integrante desta Lei como segue:

I - 1º Distrito Administrativo - Mosqueiro - DAMOS: é composto das ilhas de Mosqueiro, São Pedro, do Maracujá, das Pombas, do Papagaio, Cunuari, da Conceição, do Maruim I, do Maruim II e mais 4 (quatro) sem denominação;

II - 2º Distrito Administrativo - Outeiro - DAOUT: é composto das ilhas de Outeiro, Santa Cruz, essa situada a Nordeste da Ilha do Outeiro, do Jutuba, Coroinha, Urubuoca ou Paquetá ou Paquetá-Açu, Sem Denominação, Sem Denominação, Cotijuba, Sem Denominação, Tatuoca, dos Papagaios ou Urubuoca ou Jararaca, da Barra ou Patos ou Jararquinha, Redonda ou Jararaca ou longa, dos Patos ou Nova ou Mirim, Cruzador, Fortinho, do Fortim ou Barra, Sem Denominação, Sem Denominação, essas situadas a oeste do Município de Belém, mais as ilhas dos Patos, do Cintra ou Maracujá, Marineira ou Combu, Murutura ou Murutucu, Paulo da Cunha ou Grande, Poticarvônia ou Ilhinha e Negra, essas situadas ao sul do Município (BELÉM, 1994).

As ilhas apresentam tamanho e antropização distintos. Algumas delas possuem mais de 1.000 ha (como a ilha de Mosqueiro com 21.264,12ha) e outras com menos de 1ha (como a ilha das Pombas com 0,73ha e a ilha do Fortinho com 0,44ha) (BELÉM, 2007). No que tange

à área territorial e à concentração populacional, Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba são as maiores ilhas. As duas primeiras possuem uma ligação por via terrestre com a cidade de Belém desde a inauguração das Pontes Sebastião R. de Oliveira (Belém-Mosqueiro) e Enéas Pinheiro (Belém-Caratateua)⁶. Todavia, a travessia para a Ilha de Cotijuba e demais ilhas constituintes da parte insular municipal é feita mediante transporte fluvial em pequenas embarcações. Nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua grande parte da população residente mantém uma forte ligação com a região urbana de Belém, tanto no que tange às atividades laborais, quanto no que concerne à educação em nível básico e superior.

Em que pese observar-se que em muitas ilhas há níveis importantes de preservação ambiental, as áreas insulares de Mosqueiro, Caratateua e em menor grau Cotijuba estão sob forte pressão populacional impactando sobremaneira seus recursos florestais e aquáticos. Com base em informações de estudos feitos pela prefeitura municipal de Belém, observa-se que “[...] as ilhas ligadas ao continente por transporte rodoviário de massa estão sob pressão constante para a utilização de seus recursos naturais, tendo sido identificado exploração de minério classe II nestas ilhas, assim como da especulação imobiliária” (BELÉM, 2007, p. 17).

A presença de escolas nas ilhas de Belém decorre da atuação governamental, tanto por parte da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), que atua principalmente nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua, quanto municipal por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). Nesse sentido, o desenvolvimento da educação básica nas ilhas belenenses se realiza, predominantemente, a partir das ações governamentais, o que faz da realidade escolar dos ilhéus um espaço público por excelência e, por conseguinte, suscetível à implementação de políticas públicas educacionais em nível estatal e municipal.

A organização administrativa das escolas de Belém obedece à estrutura político-administrativa estipulada pela Lei nº 7682 de 05 de janeiro de 1994 (BELÉM, 1994), a qual criou os Distritos Administrativos já especificados acima. Atualmente, as únicas ilhas de Belém (Quadro 1 a seguir) que apresentam escolas⁷ são Mosqueiro e Caratateua (Outeiro)⁸. As demais ilhas possuem Unidades Pedagógicas (UPs) que são espaços educacionais formais, relativamente autônomos, mas ligados administrativamente a uma escola. As UPs apresentam gestão própria, com um coordenador(a) que gerencia todos os processos

⁶ A ponte Belém-Mosqueiro inaugurada em 1976 e a Belém-Caratateua em 1986.

⁷ Não foi encontrado até o momento nos documentos investigados (BRASIL, 2008; 2010; BELÉM, 1994; 2007; 2012; 2015) nenhum conceito de escola. Para efeito deste texto e levando-se em consideração as experiências de campo, entender-se-á por escola os estabelecimentos de ensino com instalações prediais em local delimitado (salas de aula, refeitório, quadra de esportes, sala para eventos, sala da coordenação, biblioteca e outros) e corpo técnico-administrativo próprio, o qual gerencia as finanças e exerce a gestão pedagógica com base em planejamento que objetiva, dentre outras coisas, a efetivação de um projeto pedagógico institucional.

⁸ Santos (2014) registrou que hoje já existe uma escola denominada Milton Monte, inaugurada em 2012 na ilha do Cumbu.

pedagógicos na Unidade (SILVA; SANTOS, 2010). Elas substituíram os antigos anexos que eram, por assim dizer, apenas um prolongamento de uma “escola mãe”.



Figuras 1, 2 e 3: Unidade Pedagógica Maria Clemildes dos Santos, comunidade Castanhal do Mari-Mari, ligada à Escola Remígio Fernandez, bairro do Maracajá, Distrito Administrativo de Mosqueiro. Foto: Jenijunio dos Santos, 2014.

Quadro 1: Escolas pertencentes aos Distritos Administrativos de Mosqueiro e Caratateua (Outeiro)

Distrito Administrativo de Mosqueiro	EMEIF Abel Martins Av. Labor Mota nº 551- Mosqueiro – Carananduba;
	EMEIF Anna Barreau Mininéia Rua Vila Nova, s/n- Mosqueiro – Ariramba;
	EMEIF Angelus Nascimento Estrada do Sucurijuquara s/n-Mosqueiro– Sucurijuquara;
	EMEIF Donatila S. Lopes Estrada da Bateria s/n - Mosqueiro – Farol;
	EMEIF Lauro Chaves Av. Beira Mar s/n- Mosqueiro - Baía do Sol;
	EMEIF Maroja Neto Estação São Francisco - Granja Bonfim s/n- Mosqueiro - São Francisco;
	EMEIF Remígio Fernandez tv. Maracajá s/n - Mosqueiro – Maracajá;
EMEIF Profª Mª Madalena Travassos Rua Santana, Alameda Bacuri s/n. - Mosqueiro – Paraíso.	
Distrito Administrativo de Caratateua (Outeiro)	EMEIF Eidorfe Moreira Av. Magalhaes Barata, s/n- Outeiro;
	EMEIF Casa Escola da Pesca Ilha de Caratateua – Outeiro;
	EMEIF Mon J. M. Azevedo Rua Evandro Bonna, 295 Praça Pio XXI – Itaiteua - outeiro;
	EMEIF Prof Helder Fialho Dias Rua das Orquideas, s/n- Brasília – Outeiro;
	EMEIF Prof. Pedro Demo Praia do Amor, entre rua Ipanema e Avenida Atlântica – Outeiro.

Fonte: Belém (2015a) reorganizado pelos autores, 2015.

De acordo com Pojo e Vilhena (2011) e ratificado por Souza (2015), há na região insular de Belém 14 UPs divididas em dois agrupamentos: no primeiro encontram-se as localizadas na região sul: UP Combu, UP Nazaré, UP São José, UP Santo Antônio; na região noroeste: UP

Bacabeiras, UP Mari-Mari e UP Maria Clemildes e na região leste: a UP Nossa Senhora dos Navegantes, todas sob responsabilidade da SEMEC/Diretoria de Educação - DIED; no segundo, as localizadas na região norte: UP Faveira, UP Flexeira, UP Jamaci, UP Jutuba I, UP Jutuba II e UP Seringal sob a responsabilidade da Fundação Escola Bosque, uma fundação pública vinculada à rede de ensino municipal de Belém que se apresenta como um Centro de Referência em Educação Ambiental que, além das UPs acima mencionadas também administra a Casa Escola da Pesca (CEPE) ambas situadas na parte central da Ilha de Carataeua nos bairros Água Boa e Itaiteua respectivamente. Tome-se como exemplo empírico a Fundação Escola Bosque, particularmente a CEPE cuja proposta de educação escolar básica no contexto ribeirinho se propõe a ser inovadora.⁹

A CEPE tem suas metas de ensino voltadas à escolarização básica (com educação profissional) da juventude ribeirinha de Belém na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco na pesca e aquicultura (BELÉM, 2015b). A escola se propõe a implementar a Pedagogia da Alternância (MOLINA; FREITAS, 2011) que, como o nome já sugere, alterna tempos e espaços de formação diferentes e complementares, ou seja, um tempo na escola e um tempo na comunidade. Esta metodologia é pioneira na rede de ensino municipal de Belém, pois ainda que presente em outras realidades do espaço amazônico foi proposta à realidade do território ribeirinho de Belém pela primeira vez pelos gestores da CEPE.

A educação escolar na CEPE apresenta uma gama considerável de questões que refletem a conjuntura atual de problemas enfrentados pelos estudantes ribeirinhos de Belém na busca pela efetivação de seus estudos com qualidade¹⁰, mormente no que concerne aos moradores das ilhas sem ligação terrestre com a cidade de Belém que, por negligência governamental, são privados da possibilidade de continuarem seus estudos em suas comunidades. Em virtude dessa situação, os jovens precisam se deslocar para outras unidades de ensino, como as localizadas na Região Metropolitana de Belém¹¹ ou ilhas vizinhas.

Santos (2014, p. 15) mostrou que do ponto de vista quantitativo a questão do transporte escolar nas ilhas de Belém foi resolvido, ou seja, as UPs:

⁹ Do que se observou nos estudos de campo (SANTOS, 2014; SOUZA, 2015), bem como a partir dos documentos e da bibliografia física e virtual consultados (BELÉM, 2015a; 2015b dentre outros) a Casa Escola da Pesca, pelo menos em seu aspecto estatutário formal, apresenta um perfil de escolarização básica voltada prioritariamente à juventude ribeirinha das ilhas de Belém, o que a torna uma amostra (PIRES, 2010) fundamental para a compreensão do percurso formativo dos ilhéus belenenses, no concerne às vicissitudes ao acesso e permanência escolar. Apesar de apresentar gestão própria de seu projeto pedagógico, a CEPE configura-se muito mais como uma UP do que como uma escola, pois ela não possui autonomia financeira e seus docentes vinculam-se diretamente a Escola Bosque, o que tem fragilizado sua existência legal e institucional.

¹⁰ Em 2013 o Governo Federal lançou as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013). Sem uma definição conceitual, a palavra "qualidade" aparece 371 vezes, em geral associada a expressões como educação, social, escola, formação e outras.

¹¹ A Região Metropolitana de Belém (RMB) é constituída por 07 (sete) municípios, a saber: a capital do estado do Pará (Belém), os municípios de Ananindeua, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará (BELÉM, 1994).

[...] são atendidas por esse sistema de transporte que trouxe acessibilidade escolar àquelas crianças que moram em pequenas comunidades onde não há escola, e que muitas vezes os pais tinham que fazer opções entre trabalhar e ir levar os filhos às aulas, serviço que geralmente era feito pelas mães em pequenas canoas a remo, também chamadas de casco.

Mas, este autor faz uma ressalva:

[...] no entanto não significa que seja fácil para as crianças esses deslocamentos até a escola. Muitas delas gastam até 2h nesses percursos por dia. Na UP Maria Clemildes dos Santos os alunos que moram no Assentamento Santa Cruz, ficam nos barcos diariamente 1h30 no percurso casa/UP/casa, realidade que mostra a necessidade de mais espaços escolares nessas regiões.

O Estado, em suas diferentes esferas administrativas, tem o poder e o dever de assegurar o direito à educação básica em todos os seus níveis de ensino, mediante políticas educacionais que garantam um percurso formativo de qualidade para todos os brasileiros. A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III referente à educação afirma que:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, Art. 208, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), em seu Artigo 4º, ratifica esse dispositivo constitucional, afirmando que:

[...] O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
a) pré-escola;
b) ensino fundamental;
c) ensino médio (BRASIL, Art. 4º, 1996).

Em que pese constatar-se que há inegavelmente avanços quantitativos e até mesmo qualitativos quanto à escolarização básica de ribeirinhos em Belém, existem assimetrias consideráveis que precisam ser debatidas e resolvidas. De fato, além de contradizer normativas da Constituição Federal e da LDBN, as agruras enfrentadas por sujeitos educacionais ribeirinhos fere o Artigo 12 da Política Municipal de Educação estabelecida no Plano Diretor do Município, particularmente quanto aos seus objetivos primordiais, com destaque para seu Inciso II, que estabelece primazia a inserção “[...] das populações residentes na área insular nas oportunidades oferecidas” pela rede de ensino municipal (BELÉM, Art. 12, II, 2008, p. 8).

Na maior parte dos espaços ribeirinhos do município de Belém, a oferta de educação escolar básica se concentra nos anos iniciais do ensino fundamental, ficando descobertas a creche e a

pré-escola, a segunda etapa do ensino fundamental e o ensino médio. Isso contribui sobremaneira para exclusão sócio educacional dessas pessoas, que se expressa no baixo rendimento escolar, defasagem na relação idade-série, analfabetismo e analfabetismo funcional etc.

O atendimento no Ensino Fundamental – anos iniciais, encontra-se rumo à universalização. Entretanto, os anos finais requerem um esforço do poder público no que trata da ampliação da oferta. Há necessidade de investimento em infraestrutura, em recursos pedagógicos, em projetos de acessibilidade, bem como em parcerias multissetoriais e transversais que contribuam para a concretização das políticas públicas municipais na área da educação (BELÉM, 2013, p. 14).

No ensino fundamental é necessário melhorar a qualidade, expandindo a educação integral e enfrentando questões como a retenção, a distorção idade - série, o atraso no início da escolarização, a repetência e a evasão. Além disso, a população residente na região insular enfrenta graves problemas de acesso às unidades escolares (BELÉM, 2013, p. 17).

A realidade ribeirinha demanda constantemente ações de governo para impedir que suas populações convivam com a problemática do distanciamento das políticas de desenvolvimento humano (moradia, saneamento, energia elétrica, escolarização, saúde, transporte, geração de trabalho e renda entre outros). O transporte público adequado e seguro às necessidades dos estudantes ribeirinhos e melhores condições da rede física das escolas são questões concernentes a sua realidade e é imperativo ao ensino de qualidade no contexto das comunidades ribeirinhas.

O transporte é realmente um ponto importante no debate acerca da educação (ou de sua precariedade) em ambiente ribeirinho amazônico como um todo (SILVA, 2003; 2007; SANTOS, 2014; SOUZA, 2015), pois no cotidiano dos estudantes acordar muito cedo, enfrentar grandes distâncias, sol escaldante e chuvas frequentes em embarcações pouco confortáveis é uma realidade, sendo esta uma rotina estudantil ribeirinha própria do trajeto de casa até a escola. A persistência é a maior companheira desses educandos (e por vezes de educadores) já que enfrentam necessariamente a mesma jornada no retorno para suas residências.

O aspecto financeiro voltado à manutenção das escolas da região insular é sem dúvida uma questão seriíssima. Bassi (2011) demonstrou as dificuldades orçamentárias da prefeitura de Belém em virtude dos poucos recursos que chegam das fontes de financiamento educacionais para o município. Essa realidade burocrática de aquisição dos recursos por si só já seria uma questão de farto debater. Por ora, faz-se mister constatar que a realidade das escolas precisa ser exposta, uma vez que elas necessitam constantemente de reparos, pequenos consertos ou às vezes novas construções, pois são quase sempre de madeira e localizadas em ambiente natural com alta umidade, geralmente em terrenos de várzea.

Para além desses aspectos prediais, há a necessidade da manutenção de moveis e equipamentos elétricos e eletrônicos, reposição de material de expediente e pagamento de professores, gestores e pessoal de apoio. Todas essas demandas das escolas localizadas em espaços ribeirinhos têm se mostrado impossível de ser resolvida pelo poder público municipal. Como se não bastassem esses problemas orçamentários, há sérios problemas quanto à continuidade dos projetos pedagógicos das escolas e UPs das ilhas de Belém, principalmente em virtude da não permanência duradoura de docentes.

Tome-se como exemplo a Casa Escola da Pesca. Do total de 14 professores que atualmente trabalham na escola, apenas 4 são concursados e com atividades educacionais exclusivas para esta escola. Do ponto de vista da gestão, a situação não é diferente. Dependendo do grupo que chega ao poder municipal, novos quadros administrativos escolares são formados, ficando a gestão pedagógica balançando pendularmente conforme os sabores e dessabores de cada pessoa indicada para o cargo de comando da instituição escolar.

Por outro lado, geralmente os professores são recrutados na região metropolitana de Belém, com pouquíssima relação de proximidade com a realidade ribeirinha, apresentando baixa identidade com as pessoas moradoras das ilhas. Isso impacta no engajamento (ou desengajamento) docente quanto aos rumos estabelecidos pela escola para a efetivação do processo de escolarização dos ribeirinhos. E mais, muitos professores são contratados pela prefeitura a partir de critérios políticos, precarizando ainda mais as relações educacionais que se estabelecem nos contextos educacionais das UPs.

É comum ouvir de professores de escolas e UPs em espaços ribeirinhos a afirmação de que eles estão professores, mas não são professores daquela escola, visto que são contratados e podem sair a qualquer momento. Isso fragiliza as relações internas entre gestão e corpo docente, na medida em que a condição de garantia do emprego cria um ambiente de submissão e medo entre gestores e professores, colocando em suspeição a tão sonhada e imprescindível gestão participativa (PARO, 2007), a qual necessita, dentre outras coisas, de liberdade e autonomia dos vários sujeitos educacionais envolvidos nos processos educacionais escolares.

Rigorosamente falando, as escolas e UPs localizadas na parte insular de Belém não são ribeirinhas, ou seja, elas apenas foram construídas em espaços ribeirinhos para escolarizar ribeirinhos. De fato, em que pese haver raríssimas exceções resultantes de posturas individuais exitosas de professores ou coordenadores pedagógicos em temporalidades e espacialidades pontuais (SILVA; SANTOS, 2010), o que se tem na prática são organizações escolares em localidades ribeirinhas com conteúdo, metodologia e processos avaliativos próprios dos centros urbanos da RMB.

De fato, na maioria dos casos, a escola ou a UP necessitaria de um percurso formativo que construísse interfaces entre o conhecimento escolar e o saber local, que respeitasse as especificidades da condição de vida dos ilhéus, que afirmasse valores tradicionais, fomentasse a autoestima das pessoas e contribuísse para a construção de um sujeito aprendiz autônomo, crítico e reflexivo (FREIRE, 1997; 2001) acerca de sua própria realidade. Mesmo a CEPE, que implementa a pedagogia da alternância, estabelece interfaces com empresas privadas e, ao invés de construir um percurso formativo voltado ao cooperativismo e à organização coletivas de produção ribeirinha, desenvolve uma formação com perspectivas voltadas à empregabilidade, empreendedorismo e à formação de mão de obra para a cadeia produtiva do pescado em bases empresariais capitalistas.

Como bem afirmou Santos (2014, p. 143) de maneira conclusiva, essa situação educacional da escola básica em espaços ribeirinhos precisa ser rompida e o Estado não deve ser aliado desse processo. Muito ao contrário, é ele que tem a prerrogativa de implementar políticas públicas educacionais promotoras da afirmação identitária ribeirinha, nos mesmos moldes propositivos da Educação do Campo.

Lutar por essa educação é disputar território com a educação excludente que não reconhece esse povo na sua particularidade cultural e nem como sujeitos de direitos. Provocar esse debate junto ao governo municipal e à Secretaria Municipal de Educação é tarefa de todos os cidadãos e Movimentos sociais comprometidos com a causa dos ribeirinhos.

Por fim há que se fazer uma ressalva. Em que pese as críticas feitas a essa escolarização, não se pode negligenciar o grande apreço que os moradores das ilhas de Belém nutrem pelas escolas, professores e certificações necessárias à continuidade dos estudos e concretização de sonhos do jovem ribeirinho. Neste particular, observa-se a existência de uma riqueza de informações a serem melhor pesquisadas e compreendidas, pois elas demonstram a importância da educação escolar nas ilhas belenenses, extremamente valorizada pelas populações locais, ainda que precária, problemática e descontextualizada. Mas, essa é uma discussão que mereceria um estudo específico e com maior aprofundamento.

Conclusão

O sentido e o significado conceitual de ribeirinho não se esgota na realidade hídrica e sua relação com moradias construídas às margens de rios, lagos, córregos, igarapés etc., amazônicos. A economia, o meio ambiente, a cultura, especialmente a religiosidade (ou crenças), configuram-se como elementos essenciais para qualquer constructo conceitual sobre os ribeirinhos. Não se pode dissociar, por exemplo, a pesca ribeirinha (sempre feita de

maneira artesanal) das crenças nas entidades sobrenaturais que habitam as profundezas dos rios (a cobra grande, o boto e pessoas encantadas); a caça e a coleta de frutos da floresta dos seres que protegem animais e plantas (Matinta Perera, Curupira, Boi Tatá), tudo simbioticamente atrelado a uma racionalidade voltada à manutenção da família.

A escolarização das crianças, adolescentes e jovens em espaços propriamente ribeirinhos estão sob a competência administrativa da Prefeitura Municipal de Belém, ou seja, os processos educativos formais dessas populações são realizados predominantemente no contexto das UPs, estas em sua totalidade gerenciadas exclusivamente pela SEMEC ou por meio da Diretoria de Educação ou pela Fundação Escola Bosque. Além dos entraves de ordem infraestrutural e financeiro, observa-se também sérios problemas concernentes aos processos pedagógicos. Precisamente, as possíveis interfaces que a educação básica poderia estabelecer com a condição social, produtiva, ambiental e cultural ribeirinha ainda constitui-se na grande utopia educacional dos moradores das ilhas de Belém.

Portanto, pode-se concluir que em um contexto mais amplo de análise a educação escolar desenvolvidas nas UPs, incluso aí os processos educacionais escolares oferecidos pela proposta pedagógica da alternância, constituem-se efetivamente como uma educação realizada para os ribeiros, mas não dos ribeirinhos. No máximo é uma educação efetivada no espaço ribeirinho. Afinal, às UPs belenenses não nasceram dos movimentos sociais ou mesmo de processos organizativos de base popular. Por isso, advoga-se aqui que essa realidade verdadeiramente escolar ribeirinha do município de Belém está para ser edificada e o campo de disputa ainda está claramente aberto.

Bibliografía

- Almeida, E. M. M. de. Cultura e Identidade dos Ribeirinhos da Ilha dos Carás no Município de Afuá. *Revista Cocar*, Belém: EDUEPA, v. 3, n. 6, p. 31-41, jul./dez. 2009.
- Bassi, M. E. Tema em destaque: Financiamento da Educação Infantil em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 142 jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a07.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- Belém, Sérgio Brazão e Silva. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP. Diagnóstico da região insular do município de Belém. Belém: FUNPEA – Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias, 2007. 141 p.
- Belém. Plano Plurianual PPA 2014-2017: Contextualização das Dimensões Estratégicas: Anexo I. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2013. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=37&conteudo=4586>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- Belém. Lei nº 7682 de 05 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a regionalização administrativa do município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos distritos administrativos e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. 05 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583592/lei-7682-94>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- Belém. Secretaria Municipal de Educação (SEMEC): Escolas. Disponível em: <http://acomsemec1.blogspot.com.br/search?q=legisla%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 ago. 2015a.
- Belém. Fundação Escola Bosque: Mapas. Disponível em: www.funbosque.com.br/mapas. Acesso em: 10 ago. 2015b.
- Belém. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf. Acesso em: 11 ago. 2015.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Revisada em 16 de abril de 2015. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>. Acesso em: 1 maio 2015.
- Brasil. Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 28 set. 2013.

- Brasil. Lei Complementar Federal 14 de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 set. 2013.
- Brasil. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 1 maio 2015.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010. Acesso em: 10 jun. 2015.
- Diegues, A. C. S. O Mito Moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Freire, P. Educação como prática da liberdade. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Freire, P. Pedagogia da Autonomia. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- Freire, P. Pedagogia do Oprimido. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- Molina, C. M.; Freitas, H. C. de A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.
- Neves, D. P. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 1. Jun. 2009 – Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPB, 2009. ISSN 1516-6481. p. 71- 96.
- Oliveira, I. A. de; Mota Neto, J. C. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In: Oliveira, I. A. de. (Org.). Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2008. p. 63-79.
- Oliveira, I. A. de. (Org.). Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2008.
- Paro, V. H. Gestão escola, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.
- Pires, Á. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: Poupart, Jean (et al.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2ª Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p. 127-153 (Coleção Sociologia).
- Pojo, E. C.; Vilhena, M. de N. V. Assessoramento e acompanhamento pedagógico: resignificando as práticas educativas nas unidades pedagógicas das ilhas de Belém. I Encontro de Pesquisas e Práticas da Educação do Campo da Paraíba. 01 a 03 de junho de 2011. Centro de Educação da UFPB. João Pessoa. Disponível em: <http://ieppepcb2011.xpg.uol.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2002/22.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

- Santos, J. dos. Populações ribeirinhas e educação do campo: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012. 2014. 156f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação) PPGED/UFPA, Belém, 2014.
- Santos, M. Espaço e Método. 5. ed., São Paulo: Edusp, 2008.
- Severino, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed., São Paulo: Cortez, 2007.
- Silva, J. B. da. Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajari. 2003. 149f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Belém, PLADES/NAEA/UFPA, 2003.
- Silva, J. B. da. Educação do Campo, segurança fundiária e desenvolvimento de populações tradicionais: um estudo junto à Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, município de Baião, estado do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação, 2012.
- Silva, J. B. da; Santos, J. dos. Práticas pedagógicas freireanas em ilha belenense: um enfoque na Unidade Pedagógica da comunidade Castanhal do Mari-Mari, ilha do Mosqueiro. Papers do NAEA (UFPA), v. 271, p. 1-27, 2010.
- Souza, N. S. D. de. Na Belém Ribeirinha, a Juventude e o Direito à Escolarização com Educação Profissional: análise da experiência da Casa Escola da Pesca. 2015. 258f. Tese de Doutorado – (Doutorado em Educação) - PPGED/ICED/UFPA, Belém, 2015.